

O COMÉRCIO BRASIL-ARGENTINA: TENDÊNCIAS OBSERVADAS NOS ÚLTIMOS 20 ANOS

*Prof. Juan Algorta Plá**

Introdução

O processo de desenvolvimento industrial dos países latino-americanos intensificou-se a partir de 1930, ano em que se deflagrou a grande crise econômica mundial, devido à dificuldade para importar os bens manufaturados necessários ao abastecimento dos mercados internos. Esse modelo funcionou adequadamente durante a II Guerra Mundial e nos primeiros anos do período seguinte, possibilitando a criação de uma base industrial importante em vários países da região. No entanto o modelo começou a perder sua dinâmica no início da década de 50, ao encontrar dificuldades para equilibrar as contas externas.

A estreiteza dos mercados nacionais foi identificada pela CEPAL como o fator que impedia a adoção de tecnologias produtivas mais eficientes e capazes de aproveitar as vantagens de escala, prejudicando, assim, a competitividade internacional da indústria em expansão. A expectativa era de que a ampliação dos mercados para o âmbito regional permitiria resolver o problema da balança comercial através de uma competitividade melhorada.

As dificuldades nos balanços de pagamentos dos países da região, evidentes já nos primeiros anos da década de 50, não foram superadas, no entanto, nas décadas seguintes, apesar da formalização dos acordos de integração propostos (ALALC), da elevação dos volumes dos fluxos de comércio intra-regional e do aprofundamento dos programas de industrialização. Presencia-se, pelo contrário, uma elevação dramática no nível de endividamento externo dos países da região até a eclosão da crise financeira internacional.

Neste trabalho, interessa-nos descrever a evolução do comércio bilateral entre o Brasil e a Argentina ao longo das décadas de 70 e 80, do ponto de vista do seu volume e de sua composição percentual, no entendimento de que as características do comércio teriam sofrido mudanças importantes, refletindo a evolução da própria estrutura produtiva da indústria em cada país.

* Economista e Professor da UFRGS/IEPE.

Evolução do volume total comercializado entre o Brasil e a Argentina

Ao longo da década de 70, o comércio bilateral apresentou uma expansão importante, aumentando a uma taxa geométrica média de 19% ao ano (Tabela 1). Efetivamente, até o ano de 1980 esse comércio expandiu-se consideravelmente, aproveitando as oportunidades oferecidas pelos acordos da ALALC e coincidindo com uma fase de preços internacionais estimulantes e de abundância de capitais.

Já nos primeiros anos da década de 80, concomitantemente à deflagração da crise financeira internacional, os dois países adotaram medidas de contenção de importações e de redução do gasto público, conhecidas como programas de ajustamento. Esses programas implicaram altos custos políticos e sociais, já que produziram desemprego, inflação alta e forte retração dos investimentos público e privado. Como consequência dessa situação, o comércio bilateral total sofreu uma redução tão importante que, em 1982 e 1985, atingiu apenas 55% do volume global transacionado em 1980 (Gráfico 1).

O saldo comercial, que fora, em geral, favorável à Argentina na década de 70, passa a ser favorável ao Brasil na década de 80, como consequência da enérgica política de controle das importações aplicada no País, como parte do programa de ajustamento.

A preocupação dos governos com a crise financeira e a estagnação econômica conduziu à celebração dos acordos de integração do ano de 1986, que tiveram como finalidade a busca de saídas conjuntas para as dificuldades que afetavam a região. As tradicionais rixas entre os dois países, próprias de outras épocas em que ambos se candidatavam para exercer a hegemonia regional, deixavam lugar a uma atitude mais solidária, frente à constatação de que a superação da crise seria impossível de forma isolada.

Os acordos de 1986, favorecidos por uma conjuntura mundial expansiva, fortaleceram o comércio bilateral, que, em 1989, chegou a recuperar o nível de 1980. No entanto esse comércio continuou a representar uma parcela muito reduzida do comércio exterior total dos dois países. Por outra parte, a recuperação comercial não conseguiu reverter o quadro de estagnação econômica, aparentemente como consequência da perda precoce de sua dinâmica, devida a uma nova deterioração das condições econômicas internacionais que teve lugar a partir de 1989.

Evolução das exportações brasileiras para a Argentina

O fluxo de exportações brasileiras para a Argentina atingiu um ponto máximo em 1980, caindo a partir desse ano até 1985. Já em 1986, as exportações apresentaram uma recuperação que continuou até 1988, voltando a cair a partir de 1989 (Gráfico 2).

As dificuldades econômicas vividas pela Argentina nos últimos anos da década de 80 provocaram uma nova queda na demanda por mercadorias brasileiras, apesar das condições favoráveis estabelecidas nos acordos de 1986. Essa situação levou a uma reversão do saldo comercial, que, a partir desse ano, ficou desfavorável ao Brasil.

Ao longo do período em estudo, as exportações do Brasil experimentaram mudanças na sua composição, que refletem o amadurecimento da indústria instalada de acordo com os planos de desenvolvimento elaborados na década de 70.

Efetivamente, os produtos básicos perderam importância na pauta de exportações, sendo que os produtos industrializados aumentaram proporcionalmente, de forma apreciável (Tabela 2).

No ano de 1971, o maior volume das exportações brasileiras correspondia a madeiras e derivados (20,9%), a máquinas e aparelhos (19,4%), a produtos vegetais (17,5%), a produtos minerais (11%) e a metais comuns e suas manufaturas (10,7%), perfazendo ao todo, aproximadamente, 80% do total exportado (Tabela 4).

Já no ano de 1988, a pauta de exportações apresentou uma maior ponderação para metais comuns (23,4%), produtos químicos (18,8%), produtos minerais (13,4%), máquinas e aparelhos (13,3%), material de transporte (11,3%) e materiais plásticos (6,3%).

Em resumo, os produtos vegetais e a madeira perderam muita importância, enquanto os produtos químicos, os materiais plásticos, os produtos metalúrgicos e o material de transporte aumentaram sensivelmente sua ponderação nas exportações. Uma interpretação mais precisa dessa tendência é viabilizada pela informação, a nível de capítulo das Normas Brasileiras de Marcas (NBM), apresentada na Tabela 5.

Evolução das importações brasileiras da Argentina

O volume das importações brasileiras sofreu expansão rápida ao longo da década de 70, atingindo um máximo em 1980 e uma retração importante até 1985, recuperando os níveis anteriores até o final da década (Gráfico 2). A composição das importações brasileiras sofreu uma diversificação muito importante ao longo do período em estudo (Tabela 6).

No ano de 1971, as importações do Brasil estavam compostas principalmente por produtos vegetais (54,1%), máquinas e aparelhos (11,8%) e produtos da indústria metalúrgica (11,5%), perfazendo quase 80% do total importado.

Já no ano de 1987, as importações compunham-se, principalmente, de produtos vegetais (40,9%), produtos químicos (12,1%), máquinas e aparelhos (9,3%), peles e couros (7,6%), produtos do reino animal (6,5%) e material de transporte (6,5%).

Em resumo, nota-se que os produtos vegetais constituem a categoria de produtos de maior ponderação da pauta de importações, ainda que relativamente declinante ao longo de todo o período, observando-se, ao mesmo tempo, um declínio importante da exportação de metais.

Paralelamente, os produtos do reino animal, os produtos químicos, peles e couros, e o material de transporte elevaram sua participação relativa. No caso dos produtos de origem animal, a maior parcela correspondeu à carne bovina, peixe e queijo, o que se deve interpretar como uma resposta à tendência altista do preço desses produtos no Brasil. Já a maior importação de peles e couros é uma resposta à intensificação da exportação de calçados para os países industrializados (principalmente EUA).

A importação de produtos químicos, assim como a de material de transporte e a de máquinas e aparelhos acompanham a expansão da indústria brasileira desses mesmos produtos. Eles aparecem, ao mesmo tempo, na pauta de exportações e na de importações, sugerindo a existência de fluxos de comércio intra-industrial. Apresenta-se a seguir uma série de gráficos que buscam mostrar a expansão da exportação dos produtos gerados por certas indústrias de alta intensidade de uso do

fator capital (Gráficos 3, 4, 5 e 6). A fonte da informação usada nesses gráficos é a CACEX, sendo que os dados constam nas Tabelas 4 e 6.

O maior detalhamento da evolução das importações pode ser encontrado na Tabela 7, que apresenta os volumes transacionados a nível de capítulos da NBM.

Interpretação da evolução observada

Nas décadas de 70 e 80, tiveram lugar mudanças dramáticas na economia mundial, que produziram reflexos importantes sobre os países latino-americanos. O período iniciou com desequilíbrios no sistema monetário mundial, que se manifestaram pelo decréscimo do poder aquisitivo do dólar, o que causou forte inflação nos principais mercados. Essa conjuntura acabou produzindo a desvalorização do dólar, que perdeu sua paridade fixa (US\$ 35 por onça-de-ouro) em agosto de 1971. Essa desvalorização significou, na prática, o desabamento do sistema monetário criado na Conferência de Bretton Woods (1946).

Em seguida, ocorreu um forte aumento nos preços do petróleo (1973), que apresentou efeitos dramáticos em vários países, entre eles o Brasil, que devia importar grande parcela do combustível utilizado. A elevação extraordinária dos preços das matérias-primas exportadas não foi suficiente para contrabalançar o encarecimento dos combustíveis.

Os mercados financeiros internacionais passaram, em meados da década de 70, por uma fase de excesso de liquidez, ao coincidirem as aplicações em dólares dos exportadores de petróleo (petrodólares) com a recessão das economias desenvolvidas, de forma que as taxas de juros caíram a níveis muito baixos. Essa situação veio incentivar os países com dificuldades financeiras a tomarem empréstimos internacionais.

Nessa época, os países latino-americanos endividaram-se pesadamente no Exterior, buscando manter o ritmo dos seus programas de desenvolvimento, o que exigia continuar importando matérias-primas e combustíveis. No entanto a evolução desfavorável dos termos de troca levaram a desequilíbrios crescentes nos balanços externos dos países latino-americanos.

Por outra parte, as dificuldades no campo econômico trouxeram problemas políticos. Na Argentina, houve uma instabilidade tão grande que o Governo foi deposto por um golpe militar (1975). O novo Governo foi incapaz de reverter a situação desfavorável, já que as variáveis causadoras dos problemas estavam completamente fora do seu controle.

O avanço da crise na Argentina manifestou-se nos altos níveis de inflação que vieram atingir patamares intoleráveis, sendo que, para combatê-la, foi adotada uma política de liberação das importações (1979). A euforia de importações que se seguiu causou graves prejuízos à indústria, assim como um crescimento descontrolado da dívida externa, sem, entretanto, acabar com a inflação (Ferrer, 1989).

No Brasil, o ano de 1979 marcaria o fim do modelo de desenvolvimento iniciado em 1930, de acordo com Araújo (1988). Esse modelo estava caracterizado pela definição de prioridades setoriais, pela adoção de incentivos fiscais e pela reserva do mercado interno. Segundo esse autor, o plano de desenvolvimento adotado no ano de 1974, o II PND, teria constituído a culminância do modelo de crescimento industrial.

No final da década de 70, observa-se uma nova alta nos preços do petróleo e uma elevação quase simultânea dos juros internacionais. Essas condições resultaram particularmente gravosas para os países que tinham fortes dívidas internacionais, já que os novos juros afetavam o estoque da dívida antiga. Já nos difíceis anos da década de 80, os países endividados foram obrigados a adotar políticas de ajustamento que provocaram a queda do nível de atividade econômica como forma de restringir a demanda de produtos importados e, como consequência, a interrupção dos programas de desenvolvimento.

A mudança dos objetivos da política macroeconômica da década de 70 para a de 80 apresentou muitas consequências e manifestações, dentre as quais interessa ressaltar, especialmente, os seus reflexos sobre o comércio bilateral. As trocas entre o Brasil e a Argentina sofreram cortes muito significativos como resultado da adoção das políticas de ajustamento recessivo.

No entanto essa retração não foi igual para os diferentes tipos de mercadorias transacionadas, sendo que alguns ramos da indústria apresentaram expansões apreciáveis (caso da indústria química). Já na segunda metade da década, aconteceu uma reversão da referida tendência declinante, registrando-se uma recuperação do comércio bilateral global.

O fortalecimento dos fluxos de comércio, observado a partir do ano de 1986, acompanha o afrouxamento das pressões dos credores externos, obtido através de negociações que culminaram com a concessão de novos créditos, incluindo os acordos com o FMI (1983), que viabilizaram a rolagem da dívida externa. Outro fator que influenciou decisivamente para a intensificação do comércio bilateral a partir de 1986 foi a melhora no balanço de pagamentos dos dois países, proporcionada pelos preços internacionais favoráveis.

Essa mesma distensão na frente externa viabilizou os intentos de estabilização interna (Plano Austral na Argentina, em 1985, e Plano Cruzado no Brasil, em 1986), que deviam abrir caminho para a retomada do crescimento econômico. Nesse contexto, processaram-se as negociações que resultaram na assinatura dos primeiros acordos do Programa de Integração e Cooperação Econômica entre o Brasil e a Argentina.

De acordo com Hirst (1990, p.9), a política de aproximação bilateral, formalmente anunciada na Ata de Iguazu (novembro de 1985), marcou o começo de um processo de formulação e instrumentação de objetivos, em que o incremento comercial mereceu especial destaque como forma de atingir a complementação industrial e a cooperação tecnológica.

A expansão de uma maior cooperação levou à assinatura da Ata para a Integração Brasil-Argentina, no ano de 1986, junto com os primeiros 12 protocolos do programa. Já no ano de 1988, foram assinados a Ata da Amizade e outros 12 protocolos. Em agosto de 1989, teve lugar a ratificação desses instrumentos no encontro dos Presidentes dos países da região, na Cidade de Uruguaiana.

A expansão do comércio bilateral da segunda metade da década de 80 correspondeu, assim, ao esforço de recuperação econômica dos novos Governos democráticos do Brasil e da Argentina. Ela constituía a manifestação explícita da vontade política de estimular o processo de integração como forma de reativar as duas economias. Por outra parte, essa expansão foi facilitada pela evolução favorável da conjuntura econômica mundial.

As corporações transnacionais tiveram uma participação importante no processo de aproximação entre os países da região, estimulando a adoção de medidas

facilitadoras do comércio bilateral. Assim, por exemplo, essas empresas vinham participando ativamente dos comitês setoriais que produziram os acordos de complementação comercial, no contexto da ALADI. Dessa participação, resultaram vários esquemas de especialização produtiva, que lhes permitiram aproveitar as vantagens comparativas locais e as preferências tarifárias acordadas nas negociações (Macadar, 1991, p.197).

Já no ano de 1989, é possível observar um arrefecimento das compras da Argentina no Brasil, como conseqüência da depressão que vive esse país e que limita a sua demanda agregada; ou seja, foram encontradas mais uma vez, evidências de que as possibilidades de expansão do comércio bilateral estão atreladas ao desempenho das economias dos países, sendo que essa forma de comércio, por seu turno, aparece condicionada pelo equilíbrio global dos respectivos balanços de pagamentos (Kalecki, 1980).

Finalmente, é de ressaltar que a expansão do comércio bilateral, apesar das dificuldades encontradas para equilibrar os balanços de pagamentos globais dos dois países, tal como se observou na segunda metade da década de 80, foi facilitada pelo fato de que esse intercâmbio representava uma parcela muito reduzida do comércio exterior total. Nessas condições, a adoção de políticas de estímulo ao comércio bilateral representava um esforço econômico e político relativamente menor.

Conclusão

A expansão do comércio bilateral entre o Brasil e a Argentina nos anos 70 acompanha uma fase de endividamento externo das duas economias. No caso do Brasil, esse endividamento possibilitou um manejo confortável das variáveis macroeconômicas, junto com o prosseguimento do programa de desenvolvimento. No caso da Argentina, o endividamento orientou-se principalmente para o consumo de luxo, o gasto militar e a fuga de capitais.

Já nos primeiros anos da década de 80, observa-se uma retração comercial que corresponde a um período de reduzida atividade econômica, induzida pelas políticas de ajustamento externo dos dois países. Porém várias indústrias ligadas a corporações transnacionais e que utilizavam tecnologias intensivas em capital (automobilística, química, etc.) desenvolveram sua capacidade de exportação nessa década. Essas indústrias elevaram sua participação nas pautas de exportação e de importação, constituindo-se em beneficiárias diretas do processo de integração.

Os dados disponíveis parecem indicar que nos referidos setores, com alta intensidade de capital, já existiria um ativo comércio intra-industrial. Esse tipo de comércio, que se realiza pelo intercâmbio de mercadorias muito semelhantes, é considerado como um dos principais frutos da integração, já que oferece aos consumidores uma maior diversidade de escolha, ao mesmo tempo em que permite aos industriais uma produção em maior escala.

Entretanto é de ressaltar que o comércio intra-industrial tem-se limitado até o presente a transferências de mercadorias entre filiais das empresas multinacionais instaladas nos dois países, ou seja, é um comércio intrafirma. O caráter oligopólico dessas empresas certamente dificulta o aproveitamento social dos resultados dos

A intensificação dos fluxos de comércio bilateral a partir de 1986 teria viabilizado o aproveitamento das vantagens de escala, através da introdução de tecnologias industriais mais eficientes, contribuindo para a elevação da taxa de lucratividade e incentivando o investimento no caso das indústrias de maior intensidade de capital. No entanto, no caso da Argentina e do Brasil, esse comércio representa ainda hoje uma proporção relativamente menor do comércio exterior global, de forma que será necessário expandir o seu volume consideravelmente para que sua contribuição à dinamização da economia seja significativa.

A recuperação e a defesa dos salários reais são condições necessárias para que a integração regional seja percebida por muitas empresas como um imperativo econômico. Em condições de salários reais estáveis, as firmas constituir-se-iam em força de pressão, agindo sobre o poder político, para que os esquemas de integração sejam adotados e ampliados. Por oposição, nas condições atuais, de salários reais declinantes, os estímulos para a integração estariam muito diluídos (Accurso, 1987 e 1990).

Em função das considerações anteriores, conclui-se que as condições para a continuidade dos processos de desenvolvimento e de integração existirão apenas se for possível equacionar as variáveis financeiras externas, equilibrando o balanço de pagamentos de cada país e relaxando, de forma permanente, o condicionamento que elas colocam sobre os instrumentos da política econômica interna.

A relação entre as variáveis do crescimento econômico, as condições do equilíbrio externo e as possibilidades do processo de integração constituem uma área de pesquisa de grande atualidade e importância. Há evidências que sugerem a existência de uma relação direta entre os ritmos inflacionários e os pagamentos ao Exterior, segundo o conceito de serviço da dívida externa. Da mesma forma, observa-se a existência de uma relação inversa entre o ritmo de crescimento econômico e o serviço da dívida.

Em outros termos, para que existam condições de efetivar os planos de criação de um mercado comum regional (MERCOSUL), tal como foi acordado no Tratado de Assunção, de março de 1990, será necessário obter adequadas condições financeiras de serviço da dívida externa (através de negociações com os credores) e preços internacionais mais justos. Aparentemente, a integração justifica-se pela sua contribuição ao crescimento econômico e não teria como progredir na presença de situações que venham a inibir a expansão dos níveis de emprego e a recuperação dos salários reais, assim como a retomada do investimento e das importações de bens de capital, de combustíveis e de tecnologia.

Bibliografia

- ACCURSO, C. (1989). Integração latino-americana. In: SEITENFUS, R., org. **Bacia do Prata: desenvolvimento e relações internacionais**. Porto Alegre, UFRGS.
- ACCURSO, C. (1990). Integrações regionais na periferia. In: SEITENFUS, Vera & DE BONI, Luiz. **Termos de integração latino-americana**. Porto Alegre, Vozes/UFRGS.

Tabela 1

Comércio exterior global do Brasil e comércio com a Argentina — 1970-90

ANOS	EXPORTAÇÕES			IMPORTAÇÕES			COMÉRCIO BILATERAL TOTAL (US\$ milhões)	SALDO DO COMÉRCIO BILATERAL (US\$ milhões)
	Mundo (US\$ milhões)	Argentina (US\$ milhões)	%	Mundo (US\$ milhões)	Argentina (US\$ milhões)	%		
1970	2 739	186	6,8	2 507	148	5,9	334	38
1971	2 904	201	6,9	3 247	132	4,1	333	69
1972	3 991	154	3,9	4 232	218	5,2	372	-64
1973	6 199	198	3,2	6 192	344	5,6	542	-146
1974	7 951	302	3,8	12 641	359	2,8	661	-57
1975	8 670	383	4,4	12 169	233	1,9	616	150
1976	10 128	331	3,3	12 383	429	3,5	760	-98
1977	12 120	373	3,1	12 023	453	3,8	826	-80
1978	12 659	349	2,8	13 683	544	4	893	-195
1979	15 244	718	4,7	18 084	896	5	1 614	-178
1980	20 132	1 092	5,4	22 955	757	3,3	1 849	335
1981	23 293	880	3,8	22 091	587	2,7	1 467	293
1982	20 175	666	3,3	19 395	550	2,8	1 216	116
1983	21 899	655	3	15 249	358	2,3	1 013	297
1984	27 005	853	3,2	13 916	511	3,7	1 364	342
1985	25 639	548	2,1	13 154	469	3,6	1 017	79
1986	22 349	678	3	10 044	737	7,3	1 415	-59
1987	26 224	832	3,2	15 051	575	3,8	1 407	257
1988	33 789	979	2,9	14 605	707	4,8	1 686	272
1989	34 383	722	2,1	18 263	1 239	6,8	1 961	-517
1990	31 414	645	2,1	20 661	1 400	6,8	2 045	-755

FONTE: COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL (1970/73). Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda/CIEF.

BRASIL COMÉRCIO EXTERIOR (1974/88). Brasília, Banco do Brasil.

Banco do Brasil-CACEX.

Tabela 2

Comércio bilateral entre Brasil e Argentina — 1971-90

(US\$ milhões)

ANOS	EXPORTAÇÕES				IMPORTAÇÕES			
	Animais e Derivados	Produtos Vegetais	Outros	Total	Animais e Derivados	Produtos Vegetais	Outros	Total
1971	1,6	35,1	163,9	200,6	1,6	71,2	58,9	131,7
1972	1,1	31,6	121,7	154,4	1,2	137,6	78,8	217,6
1973	0,9	44,7	152,7	198,3	12,2	177,1	154,3	343,6
1974	1,8	78,3	221,6	301,7	25	128,5	205,7	359,2
1975	1,5	67,9	313,7	383,1	11,7	122,1	99,5	233,3
1976	0,6	63,5	267	331,1	31,9	254,9	142,5	429,3
1977	4,9	79	289,1	373	33,4	260,2	159,6	453,2
1978	2,7	73,6	272,6	348,9	87,4	227,1	229,9	544,4
1979	9,4	124	585	718,4	151,7	449,7	294,7	896,1
1980	26	101	964,5	1 091,5	35,3	438,3	283	756,6
1981	17,5	73,7	789	880,2	13,6	210,4	362,6	586,6
1982	4,4	51,1	610,9	666,4	13,4	299,5	237,3	550,2
1983	3,6	40	611	654,6	6,8	146,8	204,5	358,1
1984	3,8	65,4	783,9	853,1	5,4	238	267,7	511,1
1985	3,2	50,4	494,6	548,2	24,4	211	233,5	468,9
1986	10,2	78,7	589,4	678,3	67,5	319,4	350,1	737
1987	8,5	53,9	769,4	831,8	37,2	235,1	302,4	574,7
1988	4,8	42,2	932,4	979,4	81,7	283,5	341,9	707,1
1989	5,4	28	688,6	722	176,4	417,9	468,2	1 062,5
1990	2,6	24,2	618,3	645,1	182,7	566	651,3	1 400

FONTE: COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL (1970/73). Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda/CIEF.

BRASIL COMÉRCIO EXTERIOR (1974/88). Brasília, Banco do Brasil.

Banco do Brasil-CACEX.

Tabela 3

Comércio bilateral entre Brasil e Argentina — 1971-90

a) exportações

(%)

ANOS	ANIMAIS E DERIVADOS E PRODUTOS VEGETAIS	OUTROS
1971	18,3	81,7
1972	21,2	78,8
1973	23	77
1974	26,5	73,5
1975	18,1	81,9
1976	19,4	80,6
1977	22,5	77,5
1978	21,9	78,1
1979	18,6	81,4
1980	11,6	88,4
1981	10,4	89,6
1982	8,3	91,7
1983	6,7	93,3
1984	8,1	91,9
1985	9,8	90,2
1986	13,1	86,9
1987	7,5	92,5
1988	4,8	95,2
1989	4,6	95,4
1990	4,2	95,8

b) importações

(%)

ANOS	ANIMAIS E DERIVADOS E PRODUTOS VEGETAIS	OUTROS
1971	55,3	44,7
1972	63,8	36,2
1973	55,1	44,9
1974	42,7	57,3
1975	57,4	42,6
1976	66,8	33,2
1977	64,8	35,2
1978	57,8	42,2
1979	67,1	32,9
1980	62,6	37,4
1981	38,2	61,8
1982	56,9	43,1
1983	42,9	57,1
1984	47,6	52,4
1985	50,2	49,8
1986	52,5	47,5
1987	47,4	52,6
1988	51,6	48,4
1989	55,9	44,1
1990	53,5	46,5

FONTE: COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL (1970/73). Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda/CIEF.

BRASIL COMÉRCIO EXTERIOR (1974/88). Brasília, Banco do Brasil.
Banco do Brasil-CAEX.

Tabela 4

Exportações do Brasil para a Argentina, segundo seções selecionadas da NBM — 1971-90

a) milhões de US\$

ANOS	SEÇÕES DA NBM									
	Produtos Vegetais	Produtos Minerais	Produtos Químicos	Materiais Plásticos	Madeiras e Derivados	Indústria de Metais	Máquinas e Aparelhos	Material de Transporte	Outros	Total
1971	35,1	22	2,7	0,9	42	21,5	39	1,8	35,6	200,6
1972	31,6	12,3	3	1,1	27,4	18,8	23,2	2	35	154,4
1973	44,7	27,8	7	1,2	33,9	21,7	22,8	3,1	36,1	198,3
1974	78,3	23,8	19	1,8	37,8	32,4	43,5	8,8	56,3	301,7
1975	67,9	93,6	19,2	7,3	30,8	52,6	40,9	10	60,8	383,1
1976	63,5	156,3	14,7	1	6,6	19,6	26,5	10,5	32,4	331,1
1977	79	107,8	15,8	3,5	12,5	26,8	64,1	19,1	44,4	373
1978	73,6	64,7	25,9	4,9	17,6	22,4	76,2	16,9	46,7	348,9
1979	124	78,9	56,5	23,5	35,1	82,3	123,6	37	157,5	718,4
1980	101	129	62,7	56,4	47,7	113,4	267,3	89,8	224,2	1 091,5
1981	73,7	143,8	67,3	58,2	25,8	66,9	204	65,3	175,2	880,2
1982	51,1	95,3	120,8	57,9	11,6	98	72,3	41,8	117,6	666,4
1983	40	75,2	116,6	58,8	9,3	89,6	98,3	66,8	100	654,6
1984	65,4	78,3	167,1	71	8,6	171,5	124	47,3	119,9	853,1
1985	50,4	81,4	106,4	38,8	5,2	62,7	104,8	35,6	62,9	548,2
1986	78,7	75,2	133,6	49,8	8,2	72,7	119,5	50,3	90,3	678,3
1987	53,9	117,8	157,3	49,9	5,8	105,8	143	109,2	89,1	831,8
1988	42,2	130,8	184	61,4	3,6	229,4	130,2	110,2	87,6	979,4
1989	28	132,4	173,3	34,1	1,8	109,7	117	54,6	71,1	722
1990	24,2	118,3	135,4	39,5	1,2	72,7	118,2	65,5	70,1	645,1

b) percentual

ANOS	SEÇÕES DA NBM									
	Produtos Vegetais	Produtos Minerais	Produtos Químicos	Materiais Plásticos	Madeiras e Derivados	Indústria de Metais	Máquinas e Aparelhos	Material de Transporte	Outros	Total
1971	17,5	11	1,3	0,4	20,9	10,7	19,4	0,9	17,9	100
1972	20,5	8	1,9	0,7	17,7	12,2	15	1,3	22,7	100
1973	22,5	14	3,5	0,6	17,1	10,9	11,5	1,6	18,2	100
1974	26	7,9	6,3	0,6	12,5	10,7	14,4	2,9	18,7	100
1975	17,7	24,4	5	1,9	8	13,7	10,7	2,6	15,9	100
1976	19,2	47,2	4,4	0,3	2	5,9	8	3,2	9,8	100
1977	21,2	28,9	4,2	0,9	3,4	7,2	17,2	5,1	11,9	100
1978	21,1	18,5	7,4	1,4	5	6,4	21,8	4,8	13,4	100
1979	17,3	11	7,9	3,3	4,9	11,5	17,2	5,2	21,9	100
1980	9,3	11,8	5,7	5,2	4,4	10,4	24,5	8,2	20,5	100
1981	8,4	16,3	7,6	6,6	2,9	7,6	23,2	7,4	19,9	100
1982	7,7	14,3	18,1	8,7	1,7	14,7	10,8	6,3	17,6	100
1983	6,1	11,5	17,8	9	1,4	13,7	15	10,2	15,3	100
1984	7,7	9,2	19,6	8,3	1	20,1	14,5	5,5	14,1	100
1985	9,2	14,8	19,4	7,1	0,9	11,4	19,1	6,5	11,5	100
1986	11,6	11,1	19,7	7,3	1,2	10,7	17,6	7,4	13,3	100
1987	6,5	14,2	18,9	6	0,7	12,7	17,2	13,1	10,7	100
1988	4,3	13,4	18,8	6,3	0,4	23,4	13,3	11,3	8,9	100
1989	3,9	18,3	24	4,7	0,2	15,2	16,2	7,6	9,8	100
1990	3,8	18,3	21	6,1	0,2	11,3	18,3	10,2	10,9	100

FONTE: COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL. (1970/73). Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda/CIEF.

BRASIL COMÉRCIO EXTERIOR. (1974/88). Brasília, Banco do Brasil.

Banco do Brasil-CAEX.

Tabela 5

Evolução das exportações brasileiras para a Argentina — 1971 e 1986

(US\$ milhões)

ANOS E SEÇÕES DA NBM SELECIONADOS	1971	1986
Seção 2 - produtos vegetais	35 122	78 660
Capítulo 8 - banana, abacaxi, etc.	10 827	17 234
Capítulo 9 - café, pimenta, etc.	23 903	59 356
- outros	392	2 070
Seção 5 - produtos minerais	21 953	75 157
Capítulo 26 - bauxita, manganês, etc.	14 166	68 530
Capítulo 27 - naftaleno, óleo, etc.	7 372	356
- outros	415	6 271
Seção 6 - produtos químicos	2 746	133 580
Capítulo 28 - cloro, sódio e derivados	488	11 904
Capítulo 29 - mentol, ésteres, etc.	415	81 850
Capítulo 30 - medicamentos	9	7 253
Capítulo 37 - reveladores, filmes, etc.	95	9 885
Capítulo 38 - herbicidas, antioxidantes, etc.	1 497	16 170
- outros	242	6 518
Seção 7 - materiais plásticos	902	49 777
Capítulo 39 - silicones, embalagens, etc.	215	41 456
Capítulo 40 - látex, pneumáticos, etc.	687	8 321
Seção 9 - madeiras e suas manufaturas	42 016	8 229
Seção 15 - indústria de metais comuns	21 490	72 681
Capítulo 73 - ferro, aço e arame	17 469	33 267
Capítulo 76 - alumínio	203	23 721
Capítulo 80 - estanho	2 404	9 246
- outros	1 414	6 447
Seção 16 - máquinas e aparelhos	38 950	119 453
Capítulo 84 - máquinas e aparelhos	22 478	67 615
Capítulo 85 - material elétrico		51 644
- outros	16 472	194
Seção 17 - material de transporte	1 811	50 276
Capítulo 87 - veículos em geral	1 796	49 383
- outros	15	893
Subtotal	165 440	587 813
Outras seções	35 141	90 523
TOTAL	200 581	678 336

FONTE: COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL: exportação (1971). Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda/GIEF.

BRASIL COMÉRCIO EXTERIOR: exportação (1986). Brasília, Banco do Brasil.

Tabela 6

Importações pelo Brasil da Argentina, segundo seções selecionadas da NBM — 1971-90

a) milhões de US\$

ANOS	SEÇÕES DA NBM								Total
	Animais e Derivados	Produtos Vegetais	Produtos Químicos	Pele e Couros	Indústria de Metais	Máquinas e Aparelhos	Material de Transporte	Outros	
1971	1,6	71,2	6,1	0,4	15,1	15,5	-	21,8	131,7
1972	1,2	137,6	8,7	1,5	12,5	22,7	0,9	32,5	217,6
1973	12,2	177,1	13,5	2,7	44,4	38,4	2	53,3	343,6
1974	25	128,5	23	2,4	69,5	58,6	2,6	49,6	359,2
1975	11,7	122,1	17,6	0,7	9,8	60,6	2,2	8,6	233,3
1976	33,9	254,9	30,3	1,1	18,8	51,9	2,1	38,3	429,3
1977	33,4	260,2	23,2	6,3	25,4	50,1	4,5	50,1	453,2
1978	87,4	227,1	31,8	12,4	27,9	60,2	10	87,6	544,4
1979	151,7	449,7	56,9	18,3	61,6	18	8,6	131,3	896,1
1980	35,3	438,3	67,6	8	9,6	54,7	19,5	123,6	756,6
1981	13,6	210,4	52,4	23,4	31,4	38,7	20,1	196,6	586,6
1982	13,4	299,5	37,1	39,9	10,7	28,6	12,6	108,4	550,2
1983	6,8	146,8	33,4	47	4,4	14,6	11,6	93,5	358,1
1984	5,4	238	40,1	77,1	4	8,6	26,8	111,1	511,1
1985	24,1	210,8	34,2	63,8	2,6	12,7	23,2	97,5	468,9
1986	67,5	319,4	49,9	88,9	2,5	27,5	34,9	146,4	737
1987	37,2	235,1	69,8	43,5	3,7	53,4	37,2	94,8	574,7
1988	81,7	283,5	85,6	32,2	26,2	70	40	87,9	707,1
1989	176,4	417,9	128,4	15,9	71,9	111,4	51,5	89,1	1 062,5
1990	182,7	566	103,4	35,2	15,1	12,5	44,4	288,4	1 400

b) percentual

ANOS	SEÇÕES DA NBM								Total
	Animais e Derivados	Produtos Vegetais	Produtos Químicos	Pele e Couros	Indústria de Metais	Máquinas e Aparelhos	Material de Transporte	Outros	
1971	1,2	54,1	4,6	0,3	11,5	11,8	0	16,5	100
1972	0,6	63,2	4	0,7	5,7	10,4	0,4	15	100
1973	3,6	51,5	3,9	0,8	12,9	11,2	0,6	15,5	100
1974	7	35,8	6,4	0,7	19,3	16,3	0,7	13,8	100
1975	5	52,3	7,5	0,3	4,2	26	0,9	3,8	100
1976	7,4	59,4	7,1	0,3	4,4	12,1	0,5	8,8	100
1977	7,4	57,4	5,1	1,4	5,6	11,1	1	11	100
1978	16,1	41,7	5,8	2,3	5,1	11,1	1,8	16,1	100
1979	16,9	50,2	6,3	2	6,9	2	1	14,7	100
1980	4,7	57,9	8,9	1,1	1,3	7,2	2,6	16,3	100
1981	2,3	35,9	8,9	4	5,4	6,6	3,4	33,5	100
1982	2,4	54,4	6,7	7,3	1,9	5,2	2,3	19,8	100
1983	1,9	41	9,3	13,1	1,2	4,1	3,2	26,2	100
1984	1,1	46,6	7,8	15,1	0,8	1,7	5,2	21,7	100
1985	5,15	44,95	7,3	13,6	0,55	2,7	4,95	20,8	100
1986	9,2	43,3	6,8	12,1	0,3	3,7	4,7	19,9	100
1987	6,5	40,9	12,1	7,6	0,6	9,3	6,5	16,5	100
1988	11,6	40,1	12,1	4,6	3,7	9,9	5,7	12,4	100
1989	16,6	39,3	12,1	1,5	6,8	10,5	4,8	8,4	100
1990	13,1	40,4	7,4	2,5	2,3	9,4	4,3	20,6	100

FONTE: COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL. (1970/73). Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda/CIEF.

BRASIL COMÉRCIO EXTERIOR. (1974/88). Brasília, Banco do Brasil.

Banco do Brasil-CACEX.

Tabela 7

Evolução das importações brasileiras da Argentina — 1971 e 1987

(US\$ milhões)

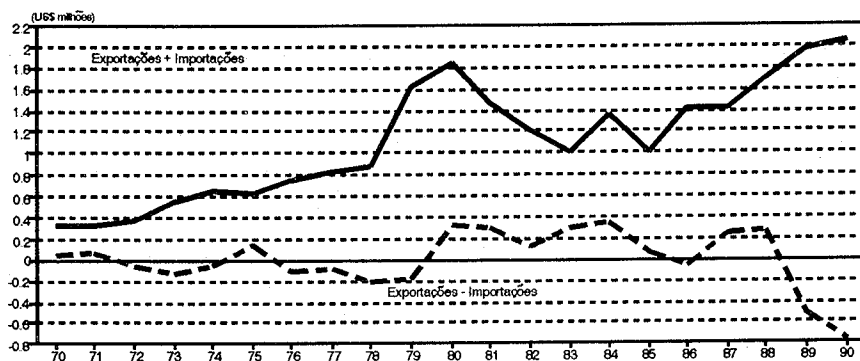
ANOS E SEÇÕES DA NBM SELECIONADOS	1971	1987
Seção 1 - produtos do reino animal	1 594	37 162
Capítulo 2 - carne de bovino	20	8 427
Capítulo 3 - peixe	426	27 425
- outros	1 148	1 310
Seção 2 - produtos do reino vegetal	71 235	235 126
Capítulo 7 - alho, azeitona, cebola, etc.	13 497	37 491
Capítulo 8 - figos, uvas, nozes, etc.	35 089	74 034
Capítulo 10 - trigo, cevada, etc.	20 928	122 876
- outros	1 721	725
Seção 6 - produtos químicos	6 088	69 808
Capítulo 28 - cloro, sódio, etc.	1 549	18 293
Capítulo 29 - estearatos, etc.	1 738	24 706
Capítulo 37 - chapas e reagentes de fotografia	305	14 834
Capítulo 38 - óleo de pinho, etc.	1 073	8 294
- outros	1 423	3 681
Seção 8 - peles e couros	359	43 515
Seção 15 - indústria de metais comuns	15 106	3 737
Capítulo 73 - parafusos	14 131	580
- outros	975	3 157
Seção 16 - máquinas e aparelhos	15 492	53 352
Capítulo 84 - motores e máquinas	12 851	47 499
Capítulo 85 - material elétrico	2 641	5 853
- outros	270	...
Seção 17 - material de transporte	82	37 223
Capítulo 87 - partes de automóveis	81	36 351
- outros	1	872
Subtotal	109 956	479 923
Outras seções	21 728	94 765
TOTAL	131 684	574 688

FONTE: COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL: exportação (1971). Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda/CIEF.

BRASIL COMÉRCIO EXTERIOR: exportação (1986). Brasília, Banco do Brasil.

GRÁFICO 1

COMÉRCIO BRASIL—ARGENTINA — 1970-90

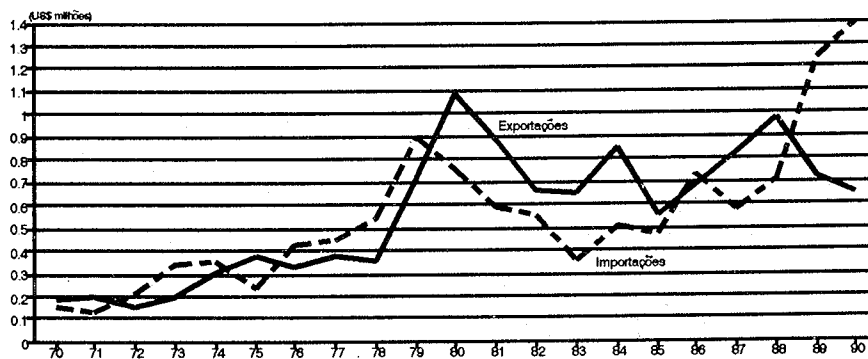


FONTE: COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL. (1970/73). Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda/CIEF.

BRASIL COMÉRCIO EXTERIOR. (1974/88). Brasília, Banco do Brasil.
Banco do Brasil/CACEX.

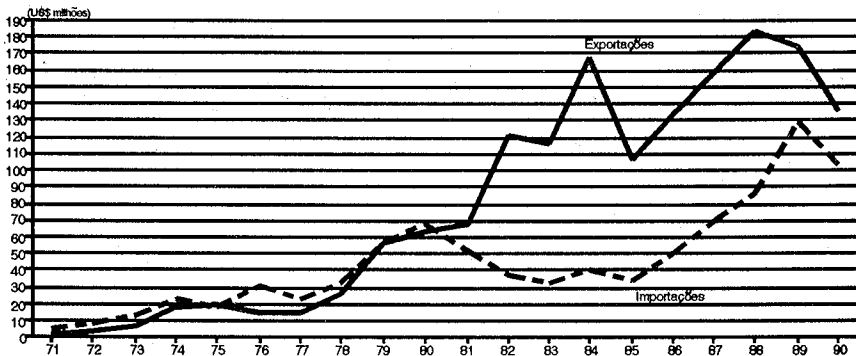
GRÁFICO 2

COMÉRCIO BRASIL—ARGENTINA — 1970-90



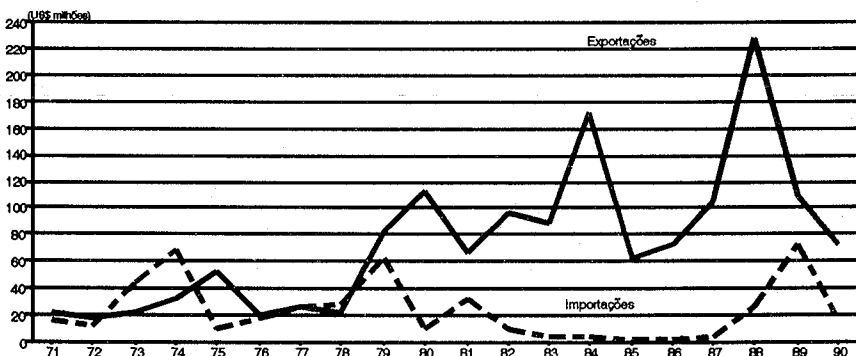
FONTE: COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL. (1970/73). Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda/CIEF.

BRASIL COMÉRCIO EXTERIOR. (1974/88). Brasília, Banco do Brasil.
Banco do Brasil/CACEX.

GRÁFICO 3**COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS ENTRE BRASIL
E ARGENTINA — 1971-90**

FONTE: COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL. (1970/73). Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda/CIEF.

BRASIL COMÉRCIO EXTERIOR. (1974/88). Brasília, Banco do Brasil.
Banco do Brasil/CACEX.

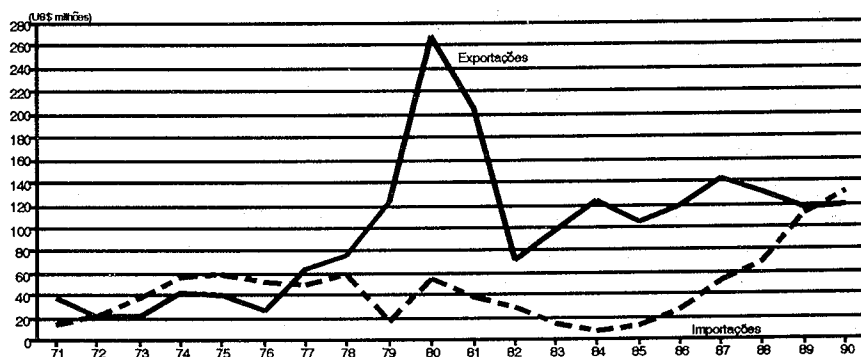
GRÁFICO 4**COMÉRCIO DE METAIS COMUNS ENTRE BRASIL
E ARGENTINA — 1971-90**

FONTE: COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL. (1970/73). Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda/CIEF.

BRASIL COMÉRCIO EXTERIOR. (1974/88). Brasília, Banco do Brasil.
Banco do Brasil/CACEX.

GRÁFICO 5

COMÉRCIO DE MÁQUINAS E APARELHOS ENTRE BRASIL E ARGENTINA — 1971-90

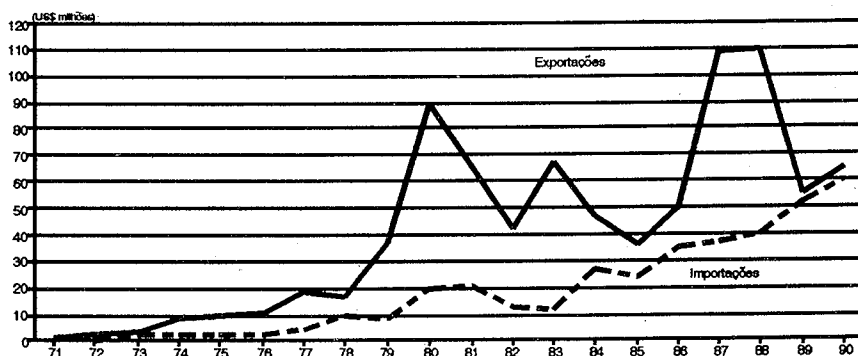


FONTE: COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL. (1970/73). Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda/CIEF.

BRASIL COMÉRCIO EXTERIOR. (1974/88). Brasília, Banco do Brasil.
Banco do Brasil/CACEX.

GRÁFICO 6

COMÉRCIO DE MATERIAL DE TRANSPORTE ENTRE BRASIL E ARGENTINA — 1971-90



FONTE: COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL. (1970/73). Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda/CIEF.

BRASIL COMÉRCIO EXTERIOR. (1974/88). Brasília, Banco do Brasil.
Banco do Brasil/CACEX.

Bibliografia

- ACCURSO, C. (1989). Integração latino-americana. In: SEITENFUS, R., org. **Bacia do Prata: desenvolvimento e relações internacionais**. Porto Alegre, UFRGS.
- ACCURSO, C. (1990). Integrações regionais na periferia. In: SEITENFUS, Vera & DE BONI, Luiz. **Termos de integração latino-americana**. Porto Alegre, Vozes/UFRGS.
- ARAÚJO Jr., José Tavares de (1988). Os fundamentos econômicos do programa de integração Argentina-Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, Brasiliense, 8(3):41-54, jul./set.
- ARAÚJO Jr., José Tavares de (1990). El programa de integración Argentina-Brasil y los tendencias actuales de la economía mundial. In: HIRST, org. **Argentina-Brasil: perspectivas comparativas y ejes de integración**. Buenos Aires, Tesis.
- BOLETIN MENSAL BACEN (1970/1990). Brasília.
- BRASIL COMÉRCIO EXTERIOR. (1974/88). Brasília, Banco do Brasil.
- CAMARGO, Sônia (1987). Política interna e relações internacionais na Bacia do Prata. In: SEITENFUS, R., org. **Bacia do Prata: desenvolvimento e relações internacionais**. Porto Alegre, UFRGS.
- CASTRO, A. Barros de (1988). **A economia brasileira em marcha forçada**. São Paulo, Paz e Terra.
- COELHO, Isaías (1987). Perspectivas da integração intra-industrial. In: BAUMANN, R. & LERDA, V. C., org., **Brasil, Argentina, Uruguai: a integração em debate**. São Paulo/Brasília, Marco Zero/UnB.
- COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL(1971/73). Rio de Janeiro, Ministério da Fazenda/CIEF.
- FERGUSON, C. E. (1978). **Microeconomia**. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- FERRER, A. (1989). **El devenir de una ilusión**. Buenos Aires, Sudamericana
- KALECKI, M. (1980). Conjuntura e balanço de pagamentos. In: MIGLIOLI, J., org. **Kalecki**. São Paulo, Atica.
- MACADAR, Beky Moron de (1991). Mercado comum do sul (Mercosul): multilateralismo na ALADI. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, 19(1):188-204, jun.
- MACADAR, Beky Moron de & BELLO, Terezinha da S. (1990). América Latina: a caminho da integração. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, 17(4), jan.
- MUNHOZ, D. Garcia (1987). Dívida externa: um viés anti-integração. In: BAUMANN, Renato & LERDA, V. C., org. **Brasil-Argentina-Uruguai: a integração em debate**. São Paulo/Brasília, Marco Zero/UnB.